

## A RENDA DA ÁGUA: TRABALHADORES DA PESCA E AS REDES DE COMERCIALIZAÇÃO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Pedro RAPOZO<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo, resultado de um estudo sobre o modo de vida dos trabalhadores da pesca, procura compreender a relação entre as redes de comercialização pesqueira na Amazônia brasileira e as condições de trabalho/renda proveniente desta atividade enquanto um dos principais meios de subsistência das comunidades rurais localizadas na região do rio Solimões no Estado do Amazonas/Brasil. As transformações ocorridas nos modelos de desenvolvimento adotados para a Amazônia na segunda metade do século XX causaram a diversificação das relações sociais de produção e das forças produtivas do modo de produção capitalista na Amazônia brasileira, sobretudo quanto ao uso dos recursos naturais. Uma destas manifestações pode ser pensada a partir da organização do trabalho da pesca, considerando que esta passou a ser praticada como atividade comercial, criando uma dependência maior como principal fonte de renda monovalente das famílias localizadas em comunidades rurais, tornando o esforço de seus trabalhos sujeitos às condições de exploração dos agentes de comercialização e às contradições da relação social de produção na pesca.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pescadores. Amazônia. Comunidades rurais. Trabalho. Renda.

### Introdução

O complexo modo de vida dos grupos sociais rurais da Amazônia brasileira reflete características singulares quanto ao ritmo de vida datado pela representação de um mundo compreendido e (re) significado em sua relação com o ambiente. Neste contexto, o mundo do trabalho é caracterizado por diversos elementos sociais que mediatizam o uso social dos recursos naturais. A atividade da pesca, como uma de suas atividades econômicas e fonte de proteína animal, é um desses elementos, que marca (i) memoriavelmente a constituição histórica dos povos amazônicos e, ao mesmo tempo, garante a construção da vida e em particular da produção e reprodução material e simbólica dos grupos sociais locais (VERÍSSIMO, 1985; FRAXE, 2000; WITKOSKI, 2007; RAPOZO 2010).

Na Amazônia brasileira, as atividades da pesca de subsistência e da pesca comercial em diversos ambientes aquáticos, sobretudo nos rios e lagos, é uma atividade extrativa que movimenta cerca de 285 milhões de dólares como renda bruta (PETRERE, 1985). A cidade de Manaus no Estado do Amazonas concentra um dos maiores pólos de comercialização

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia. UM - Universidade do Minho – Campus de Gualter – Pós-graduação em Sociologia. Braga – Portugal. 4710-057 - pedro\_rapoza@hotmail.com

pesqueira na região norte do Brasil, recebendo desembarque de pescado de diversos locais da região (RUFINO, 2005). O município vizinho, Manacapuru, movimenta também grande volume de pescado, possuindo dois portos de desembarque, e vários frigoríficos que compram a produção local para exportação em diversas regiões do país e no exterior.

Ao longo das últimas décadas o crescimento do mercado de trabalho da pesca comercial no Estado do Amazonas incorporou massivamente à participação de grande parte das comunidades rurais ribeirinhas dos municípios onde ocorre maior grau de comercialização do pescado, o que possibilitou maior acesso aos recursos necessários para o desenvolvimento desta atividade face à exploração em larga escala dos recursos pesqueiros, na medida em que os pescadores possuíam uma compreensão da demanda e comercialização do pescado nesta região (BATISTA, 2004).

A expansão do capital, a articulação de formas diferentes de organização da produção, a dominância de uma forma de produção sobre as outras, sua realização histórica diferenciada em nível nacional e regional são elementos que, segundo Diegues (1983), são as bases na interpretação das chamadas diferenças regionais existentes na pesca.

Estas diferenças também se caracterizam pela apropriação final do produto do trabalho realizado pelos pescadores através do modo tipicamente capitalista das relações sociais de produção, realizado pelo intermédio das pequenas unidades de produção familiares, em regime de produção mercantil simples.

Este é o caso das comunidades rurais situadas ao longo da região do Baixo rio Solimões entre os municípios de Manacapuru, Iranduba e a capital do Estado do Amazonas, Manaus, um local de grande ocorrência de trabalhadores rurais que possuem na pesca sua fonte de renda principal. Contudo, a comercialização do pescado vem sendo realizada por empresas capitalistas de fora da área que se apropriam dos recursos pesqueiros via exploração e monetarização da pesca, extraindo lucros, possibilitando uma renda mínima aos pescadores e reconfigurando as relações sociais de apropriação dos recursos naturais locais.

A renda da água significa uma interpretação sobre as atividades desenvolvidas no trabalho da pesca considerando a constituição dos fatores socioeconômicos e ambientais, já que a teoria da renda se refere a uma capitalização dos recursos disponíveis, sejam eles a força de trabalho e as condições de acesso ou transformações dos bens e recursos. Em todo caso, o objetivo maior é compreender os sentidos dados aos rios, lagos e demais ecótipos sobre sua capacidade produtiva diante do trabalho da pesca comercial, criando a possibilidade de

transformarem-se em renda para grande parte dos moradores das comunidades que possuem na pesca esta viabilidade.

Na tentativa de compreender a relação entre o trabalho da pesca e o uso dos recursos pesqueiros, procuramos delinear algumas características que constituem o marco referencial da análise pretendida. As dimensões do trabalho e sua relação com a renda obtida através da água – de seus recursos – permitem-nos interpretar o processo de comercialização e as relações sociais de produção. Porém, acreditamos ser essencial uma reconstituição, ainda que grosso modo, das categorias de entendimento sobre a teoria da renda da terra nos estudos da economia clássica para que, desta maneira, possamos viabilizar uma interpretação mais fundamentada a respeito da realidade amazônica<sup>2</sup>.

### **Aspectos constitutivos sobre a teoria da renda**

Nas teorias do pensamento econômico clássico, a teoria da Renda da terra aparece como elemento constitutivo do modo de produção capitalista e possui lugar considerável nas estruturas de organização da sociedade e seus modelos de produção.

Geralmente, atribui-se a teoria da renda da terra a partir das análises de David Ricardo (1988) sobre as taxas de lucro da acumulação capitalista e sua relação com as questões fundiárias e os antagonismos das classes sociais. Contudo, a questão ganha um profundo debate a partir de outros teóricos da economia inglesa, sobretudo Thomas Malthus (SZMRECSÁNYI, 1982), Adam Smith (1983) e, mais adiante na sociologia de Karl Marx (1971).

É claro que, no processo de compreensão dos fenômenos econômicos decorrentes da sociedade européia, as transformações que demarcam a constituição do mercado e da consolidação do modo de produção capitalista não poderiam se deslocar do centro do debate sobre produção e riqueza a questão da terra. Com a valorização dos recursos naturais, a terra é vislumbrada enquanto dimensão representativa de todos os recursos naturais (o solo fértil, as árvores, os rios) passíveis de se transformarem em bens para a necessidade humana, tornando

---

<sup>2</sup> Para outra interpretação sobre o processo de trabalho nas várzeas e sua relação com a questão da Renda consultar Fraxe (2000): “Elementos constitutivos da produção camponesa: A renda da “terra molhada” e a Renda da água.”

sua relação com o homem crucial, frente à produção de riquezas enquanto sua necessidade de valor de troca.

A teoria Malthusiana sobre a análise do crescimento populacional e sua relação com a produção de alimentos mostrava, para além de uma análise fisiocrata, que a tendência de progressão aritmética do crescimento da população acarretaria uma demanda pela terra (SZMRECSÁNYI, 1982). Logo, o preço e os custos da produção e uso da terra tenderiam a crescer, explicando que a renda obtida desta relação poderia ser interpretada através de elementos como a qualidade e fertilidade do solo, as características singulares do produto como uma demanda do mercado e a escassez de terras mais férteis para o processo de produção. Para Lenz (1981), destes três elementos, afirma que o primeiro é mais importante do que o fator de monopólio que foi reconhecido anteriormente. Pois ele afirma que a qualidade da terra é um presente da natureza ao homem e é essencial na formação da renda.

Utilizando as teorias de David Ricardo (1988) assinala que as questões relacionadas à renda da terra indicam uma constituição onde os diferentes graus de produtividade da terra exigiriam uma maior quantidade de trabalho para a sua produção, ocasionando sua teoria do valor sobre o preço de determinado produto e gerando, desta forma, a renda. Neste sentido, propõe como hipótese, que a renda da terra poderia ser pensada pelo grau de fertilidade dos recursos naturais que ela dispõe para a produção, assim outros fatores como a concorrência igualariam a taxa de lucro dos trabalhadores de terra que arrendassem terras dos proprietários capitalistas.

Ricardo (1988) denomina de a Lei da Renda Fundiária, a relação em que os produtos das terras mais férteis são produzidos a custo menor, porém vendidos ao mesmo preço das propriedades menos férteis, possibilitando aos seus proprietários uma renda fundiária igual à diferença de produção, pois se acreditava que o preço da terra era dado em função das piores condições de produção, o que significa as piores terras, desta forma, a melhor terra tinha o maior preço, Ricardo denomina esta diferença de renda da terra.

Sua definição, segundo Lenz (1981), corresponde ao fato de que a renda se configura como parte do valor do produto total que resta ao proprietário após o pagamento de todas as despesas de qualquer espécie correspondente ao cultivo; nestas, incluindo todas as despesas e os lucros do capital empregado, fazendo o cálculo da taxa usual e comum dos lucros do capital agrícola no período de tempo considerado.

A renda da terra, para Adam Smith (1983), corresponde ao preço pago pela existência da propriedade privada da terra. Neste sentido, deve-se ressaltar o fato de ter sido o primeiro

autor a identificar a renda da terra como uma categoria econômica e ter empreendido o estudo mais exaustivo e mais longo existente na história do pensamento econômico (LENZ, 1981). Para Smith, sua análise econômica decorre sobre os aspectos que marcam o fenômeno de relação entre a renda da terra e a questão da determinação dos valores e preços atribuídos ao processo produtivo e, sobretudo, sua distribuição a partir de classes sociais diferenciadas economicamente, traçando, assim, um perfil sobre o processo de desenvolvimento econômico e da riqueza dos países capitalistas. Para Lenz (1981), a análise de Adam Smith significa um marco, um divisor de águas, em relação à abordagem dada à análise da renda da terra, pois é só a partir de seu estudo que fica estabelecida a base analítica da qual todos os autores que o sucederam se utilizaram necessariamente.

Em Karl Marx (1971), a teoria da renda da terra ganha as contribuições teórica de David Ricardo no sentido de formular suas observações acerca da concentração fundiária do capital através do processo de especulação e acumulação. Ampliando o domínio das interpretações econômicas do modo de produção capitalista, Marx (1971) diferencia os tipos de renda a partir da categorização de alguns aspectos cruciais ao entendimento do fenômeno. Neste sentido, apresenta quatro tipos de renda: A Renda Absoluta, a Renda de Monopólio e as Rendas Diferenciais I e II.

Para Marx (1971), esta diferenciação resultava em elementos de compreensão ordenados de acordo com as ações no processo produtivo. A Renda Absoluta era obtida pelo próprio solo, ou seja, suas características físicas (relevo, área, etc.), já a Renda do Monopólio era determinada pela condição única do solo em relação ao mercado (Valor). Contudo, em ambos os casos, o proprietário obtinha a renda.

Aprofundando estes aspectos, Marx (1971) delineia outros os elementos constitutivos da teoria da renda da terra, através da Renda diferencial I e II. Assim, a Renda Diferencial I seria determinada pelas condições naturais do solo explorado no processo de produção de riqueza no capitalismo, neste sentido, destacam-se, por exemplo, a fertilidade e a localização da terra, pois permitiriam menores gastos para produzir pelo mesmo equivalente de espaço a quantidade de produtos que em outros lugares com piores condições de produção. Na Renda Diferencial II, os termos da taxa de lucro se ajustam pela determinação da quantidade de capital investido na terra por meio da utilização de equipamentos favoráveis a um melhor resultado na produção, por exemplo, o uso da irrigação, drenagem, insumos e fertilizantes, possibilitando maior volume de produção de forma intensiva em quantidades de terra menos favoráveis.

## **Trabalhadores da pesca e as redes de comercialização na Amazônia brasileira**

A partir de uma análise sobre o uso dos recursos pesqueiros e sua relação com o trabalho desenvolvido e a renda obtida pelos pescadores, procuramos apontar alguns elementos que constituem a realidade social da pesca na região do Baixo Solimões através dos resultados obtidos em estudo realizado no local, para que possamos pensar na constituição daquilo que denominamos de renda da água.

O fato de Manacapuru ser um dos municípios responsáveis pela grande quantidade de pescado comercializável no Médio e Baixo Solimões, comporta a dimensão de município dotado de grande quantidade de profissionais da pesca no abastecimento de mercados regionais e nacionais (CARDOSO et al, 2004). A racionalidade econômica da pesca comercial constitui-se pelas ações dos pescadores locais em voltar seus interesses para a captura e comercialização do pescado em espaços socialmente diferenciados e territorialmente demarcados.

Contudo, tornar a pesca uma atividade de trabalho que necessariamente possibilita uma renda em dinheiro, decorre dos pescadores uma compreensão de que existe uma demanda estabelecida sobre o acesso e comercialização, estrategicamente desenvolvida no campo econômico regional, antes pouco pretendido na região e agora estabelecido pelo advento da pesca comercial e de seus incentivos à tecnificação do setor pesqueiro.

Entendido como fonte de valor-de-troca na obtenção de outros bens de consumo não produzidos no mundo rural, a pesca comercial possibilita no Baixo Solimões e demais regiões, uma reconfiguração das relações de trabalho, apropriação dos recursos naturais disponíveis e, conseqüente, maior intensificação das relações comerciais entre pescadores (indiferente de seus métodos de captura e pescarias) e o comércio estabelecido entre os agentes interessados em se apropriar do pescado, sobretudo os pontos comerciais localizados nas comunidades rurais e nos frigoríficos em Manacapuru, formando, assim, as redes de comercialização da pesca.

Os ribeirinhos vendem os produtos dos diversos ecótipos em que trabalham e compram, através do mercado em rede, produtos que nem eles, nem seus vizinhos produzem. Os agentes de comercialização, por isso, assumem um papel fundamental, adquirindo, em outros setores da sociedade global, esses produtos (vestuário, óleo, remédios, café, açúcar, querosene etc.), cada um

desses produtos pode, inclusive, ter sido originário (matéria prima) de mãos camponesas de outras regiões, Estados ou nações (FRAXE, 2000, p.159).

Para Wolf (1970) a definição de mercado em rede agrega elementos distintos entre a predisposição comercial das sociedades rurais e o fruto de seu trabalho manter um diálogo com extensões comerciais de troca de bens socialmente diferenciados, pressupondo um valor-de-troca, neste caso, a relação entre a renda proveniente da pesca. Ainda que haja uma distinção entre grupos socialmente diferenciados, enquanto membros de comunidades ou de pescadores em determinados espaços, o mercado se encarregaria, por um lado, de agregar indistintamente estes sujeitos, mediando seus objetivos e agindo como elemento regulador das relações de interesse e troca comercial.

Essa cadeia de troca envolve não somente um número crescente de intermediários, mas também, adicionam ao movimento horizontal bens e serviços aos membros de uma população camponesa. Através deles, os bens passam, do campo às vilas, das vilas às cidades do interior, das cidades aos portos, dos portos aos mercados da capital (Manaus), ou até mesmo a outros países. Nesta perspectiva, as trocas em um mercado local, dos bens produzidos também localmente, formam apenas um pequeno setor de trocas, no mercado regional. As permutas regionais são, apenas, uma pequena amostra da rede nacional de troca, que é uma pequena parcela dos mercados internacionais (FRAXE, 2000, p.160).

Evidentemente, não podemos reduzir as redes de comercialização da pesca a uma perspectiva que considere somente a dimensão econômica já que, em se tratando da vida rural dos grupos sociais amazônicos, outros elementos também constituem sua relação com o mercado e as redes de comercialização da pesca, aspectos fundados nas relações tradicionais que agregam fatores como parentesco, religião e organização político-comunitárias.

Ainda que a intensificação das atividades pesqueiras proporcione uma relação diferenciada entre o uso dos ambientes, os sujeitos envolvidos e as relações comerciais predispostas numa rede de comercialização e a constituição de aspectos do mundo tradicionalmente vivido em comunidade delineiam as trocas, o trabalho e até mesmo a relação de conflito na disputa territorial de acesso ao pescado.

Por outro lado, não devemos desconsiderar que todos estes fatores não interessam ou interessam parcialmente ao mercado pesqueiro, já que são parcialmente invisíveis em detrimento das condições impostas sobre o trabalho executado e o valor do produto obtido,

possibilitando não muito além de laços econômicos<sup>3</sup> entre detentores do capital comercial – os grandes frigoríficos, “flutuantes” e barcos de compra do pescado (atravessadores) – e os pescadores que trabalham de forma autônoma, ou, embarcados na pescaria comercial financiada.

Na região do Baixo Solimões a pesca é realizada em ambientes diferenciados dentre os quais, os lagos e os rios adjacentes – Solimões e Purus, são os principais ambientes de pesca local e apresentam atividades consideráveis para onde se deslocam pescadores com barcos motorizados.

As informações obtidas demonstram a relevância das atividades pesqueiras no município de Manacapuru, por meio das comunidades locais onde a presença do mercado comercial da pesca transparece nas relações entre os pescadores locais e os “flutuantes” existentes na comunidade (pontos comerciais de desembarque e venda do pescado), que funcionam como um entreposto do pescado até a comercialização final nos grandes frigoríficos na sede do município em Manacapuru, e de lá para outras regiões do país.

Os frigoríficos, por sua vez, mantêm relações com os trabalhadores da pesca nas comunidades através da compra dos seus produtos e também pelos vínculos de parentesco e de convivência com os pescadores, já que também são moradores da comunidade.

**Figura 01 – Flutuante localizado na comunidade servindo como entreposto da comercialização do pescado até seu destino final em Manacapuru**



Fonte: Rapozo (2010).

---

<sup>3</sup> É claro que não deixamos de considerar que, para além das condições econômicas, existe uma esfera da vida política bastante atuante que regulamenta os direcionamentos das políticas pesqueiras, sua relação com a economia e com o ambiente e recursos disponíveis. Atualmente esta relação ganha mais sentido e reconhecimento quando consideramos a importância da participação política dos pescadores através de sindicatos, associações e colônias de pescadores mediando o diálogo tenso entre Sociedade civil e Estado.

**Figura 02 – Terminal pesqueiro de Manacapuru, um dos locais que recebe diariamente o pescado capturado pelos trabalhadores das comunidades rurais do município**



Fonte: Rapozo (2010).

A comercialização da pesca na comunidade é mediada na maioria das vezes pelos flutuantes e pelos barcos de pesca que funcionam como atravessadores e levam o pescado para os frigoríficos em Manacapuru, já que poucos pescadores se dirigem diretamente aos frigoríficos localizados na sede do município, às vezes pela distância ou por não possuírem condições econômicas para tal. Nos flutuantes, o produto da pesca é pesado e armazenado, seu equivalente é pago aos pescadores conforme a tabela que designa o preço do pescado, o tamanho e qualidade de acordo com o período hidrológico do momento de comercialização, estando sujeitos às especulações do mercado da pesca.

**Figura 03 – Desembarque e comercialização da captura do pescado em flutuantes localizado nas Comunidades rurais do rio Solimões**



Fonte: Rapozo (2010).

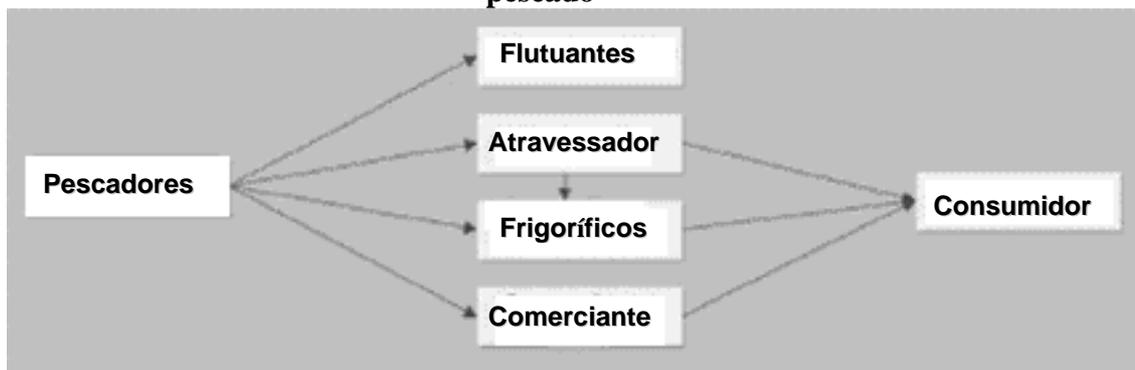
**Figura 04 – Barco atravessador que media a comercialização do pescado**



Fonte: Rapozo (2010).

Para compreendermos este processo, também, podemos demonstrar como a comercialização pode ser entendida, se considerarmos um fluxograma que identifique os processos que delineiam as etapas que vão desde os trabalhadores da pesca até os consumidores.

**Figura 05 – Fluxograma que identifica as etapas no processo de comercialização do pescado**



Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo (2010).

Como afirmamos, poucos são os pescadores que se deslocam ao mercado de venda do pescado em Manacapuru, além dos custos de deslocamento, existem outras relações que demarcam a renda final obtida na captura do pescado, muitas vezes, condicionadas a uma

relação de controle dos flutuantes, através da subsunção dos apetrechos utilizados na captura ou do pagamento adiantado do produto aos pescadores.

**Figura 06 – Apetrechos utilizados na captura do pescado**



**Fonte:** Rapozo (2010).

Este processo induz a pesca em pequena escala e de forma autônoma na comunidade, pois, nas condições atuais, o custo para os pescadores seria mais alto se ocorresse diretamente a entrega do pescado direto aos frigoríficos na sede do município, por isso os pescadores optam em manter relações comerciais com os patrões donos dos flutuantes, na comunidade, estando sujeitos à variação dos preços do pescado, como afirmamos, dependendo do período (ciclo hidrológico dos ambientes aquáticos), da oferta e da demanda do pescado.

A partir destes elementos é possível demonstrar como ocorrem os processos que desencadeiam as redes locais de comercialização do pescado e a renda da água como resultado da força de trabalho e enquanto valor-de-troca dos pescadores locais na região do Baixo - Solimões.

### **A renda da água e os trabalhadores da pesca**

Em se tratando das condições apresentadas sobre o tipo de renda proveniente do trabalho na pesca, podemos considerar alguns aspectos para o entendimento de nossa

interpretação. O valor da renda absoluta, ou seja, obtida sob as condições ambientalmente dispostas é o elemento estrutural das atividades desenvolvidas, já que na renda da água não há uma apropriação física do cerceamento dos rios e lagos (no sentido de delimitação de propriedade territorial individual amparada por legitimidade jurídica), posto que os recursos pertençam ao patrimônio da União. Logo, há uma apropriação social dos recursos pesqueiros disponíveis nestes ambientes de livre acesso com fins puramente comerciais (RAPOZO, 2010). Contudo, a existência de áreas de uso fisicamente definidas – sobretudo, das comunidades rurais, demonstra o surgimento de uma renda através da captura do pescado em determinados locais e da apropriação comum a determinadas áreas.

Se todos os ambientes de pesca (lagos, rios, furos e paranás) possuíssem as mesmas condições de estoque dos recursos pesqueiros sendo, ilimitados, e predispostos à apropriação comum, sua utilização não arrecadaria custos nem a formação de renda do ponto de vista estritamente econômico. Somente porque os recursos pesqueiros encontrados nos ambientes apropriados pelos pescadores possuem seu caráter limitado, pressupondo uma disputa pelo acesso e controle, é que se tenderia a gerar uma valorização do uso dos ambientes aquáticos, levando posteriormente à renda para os pescadores e ao lucro resultado deste trabalho para os comerciantes que possuem o capital de exportação do pescado.

Segundo os princípios da oferta e da demanda, nenhuma renda seria paga em troca do uso do ar e da água, ou de quaisquer outros bens da natureza existentes em quantidade ilimitada. Considerando que os recursos pesqueiros são finitos, a renda referente à pesca pressupõe uma demanda do mercado e conseguinte valor atribuído ao trabalho.

Dessa forma, somente porque os recursos pesqueiros não são ilimitados em quantidade nem uniforme na qualidade, e porque a crescente demanda do mercado impõe as condições comerciais, o trabalho na pesca tende a propiciar aos pescadores as desvantagens no processo de obtenção de suas rendas, já que as condições de demanda e comercialização do pescado não acompanham os custos relativos ao processo de trabalho e a sobrecarga da exploração de determinadas áreas que, ao longo dos últimos anos, se tornaram escassas e altamente controladas pela pressão interna de comunidades e grupos sociais, resultado da intensificação da pesca comercial.

Como afirma Marx (1971), a Renda Diferencial I é determinada por meio das condições naturais do solo explorado no processo de produção de riqueza no capitalismo. Nas águas dos ambientes de pesca, os recursos disponíveis se apresentam de forma distinta, não é o ambiente físico do espaço que determina a renda, mas a força de trabalho empregada na

captura do pescado nas áreas propícias, naturalmente ao encontro de determinados tipos de peixes ou cardumes que possuam valor de troca no mercado dos grandes frigoríficos.

Marx vai além quando destaca que o valor da renda obtida em determinada local é resultado de sua boa localização e fertilidade. Neste caso, o saber dos pescadores em determinar áreas de pesca já conhecidas indica, geralmente, a riqueza ictiofaunística em áreas de livre acesso, como nos rios e em lagos altamente piscosos, férteis de pescado. Considerando, desta forma, que estes elementos permitam menores gastos para a captura – pois o fator do tempo é estruturante na pesca – facilitando as melhores condições de captura e comércio enquanto elementos importantes do processo de aquisição na renda da água.

Os estudos disponíveis sobre a comercialização do pescado na região dos rios e lagos do Estado do Amazonas geralmente apontam para categorias de trabalho sobre a pesca relacionadas aos aspectos como o caráter artesanal, a identificação das embarcações e do desembarque comercial a partir de condições ou fatores relacionados com o processo de comercialização (FALABELLA, 1994; PARENTE, 1996), contudo, apontam para uma dimensão econômica daquilo que representaria a renda obtida no trabalho da pesca, além de possibilitar um diálogo sociológico sobre as questões discutidas<sup>4</sup>.

Nos ambientes de pesca local, como os lagos e, principalmente, o rio Solimões, a captura do pescado requer, além do conhecimento local sobre determinados pontos e pesqueiros, a composição dos custos relativos à atividade. Estes custos, considerados como um investimento sobre a captura do pescado vão desde o tipo de embarcação, e motor propulsor, geralmente utilizado em pescarias de rio, o combustível para o deslocamento, o período de dias viajando quando nas pescarias embarcadas, a confecção ou compra de apetrechos específicos para o tipo de pescaria e de espécies pretendidas, o gelo para conservar o pescado e até a força de trabalho complementar paga em adiantamentos aos parceiros da pesca<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Cardoso et al. (2004) ressalta que a escassez de pesquisas com enfoque socioeconômico na região acabou gerando apenas abordagens bio-ecológicas que não viabilizariam uma avaliação de instrumentos efetivos para o manejo da atividade pesqueira.

<sup>5</sup> Elemento das relações de trabalho analisado mais adiante.

**Figura 07 – Material custeado para a captura do pescado em larga escala, utilizando apetrechos específicos**



Fonte: Rapozo (2010).

Nas pescas embarcadas<sup>6</sup>, Cardoso et al. (2004) afirma que os custos de comercialização são aqueles decorrentes das taxas pagas pelo desembarque e a comissão do despachante no momento da comercialização da produção. Estes custos são ressarcidos após a venda do pescado e o lucro eventual é dividido em parcelas denominadas de cotas-parte, entre o armador e os participantes da pesca, de acordo com a função exercida (PARENTE, 1996)<sup>7</sup>.

Na Renda Diferencial II, segundo Marx (1971), os termos da taxa de lucro obtida no trabalho se refere ao ajustamento da determinação da quantidade de capital investido no trabalho por meio da utilização de equipamentos favoráveis a um melhor resultado na produção.

Desta forma, entendemos que a realidade da composição dos custos contidos na renda da pesca reflete não só aquilo que objetivamente é gasto, mas também se pressupõe que os custos relativos ao trabalho sejam ressarcidos com o resultado final da renda para o

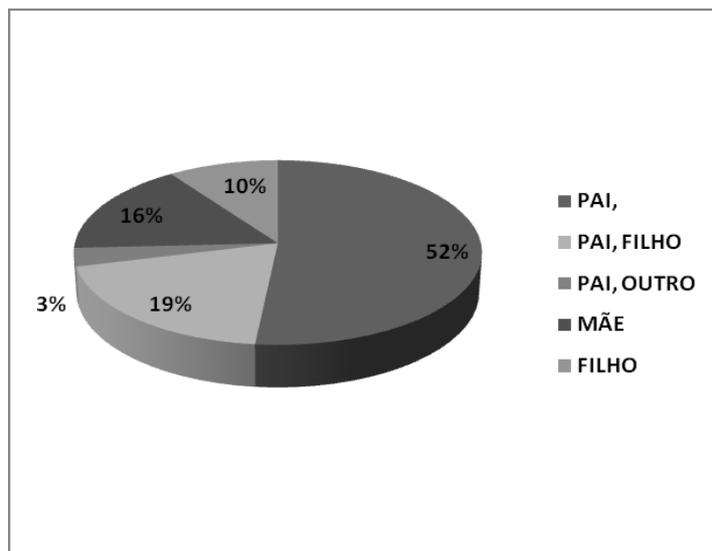
---

<sup>6</sup> A pesca embarcada é entendida aqui como uma atividade profissional da pesca mediada pelo relação assalariada ou não dos pescadores mas que dispunham de condições contratuais com empresas de pesca ou frigoríficos destinados à comercialização, efetuando um tipo de pesca marcado geralmente por longos períodos embarcados nos rios e lagos à procura da captura do pescado, utilizando-se duma divisão social do trabalho através da racionalização da mão de obra e uso diferenciado de apetrechos de pesca mais sofisticados quanto ao processo de captura.

<sup>7</sup> Para o autor, com exceção dos adiantamentos (encargo do armador), os itens de maior dispêndio para o custeio das expedições de pesca embarcada (combustíveis, gelo e rancho) são frequentemente financiados por seus frigoríficos e seus prepostos, por despachantes ou pelos fornecedores (comércio em geral e balsas fornecedoras de combustíveis, os pontões, para grandes embarcações).

trabalhador. A composição da renda resultante da pesca é fruto do trabalho exercido entre os moradores da comunidade, geralmente efetuada com a ajuda de parceiros ou parentes, contudo, em grande parte, a composição da renda familiar tem origem no trabalho do pai e de seus filhos ou da própria mulher, sendo crucial para a manutenção da unidade econômica.

**Figura 08 – Composição da renda familiar obtida através da pesca**



**Fonte:** Dados obtidos em pesquisa de campo (2010).

Contudo, sabemos que as dificuldades em obter melhores resultados nas pescarias é um fator de risco na atividade, pois entram em jogo outras questões, a disputa pela apropriação e controle dos territórios, a escassez do pescado em determinados períodos, as normas de controle e as formas de trabalho vide relação com os flutuantes e frigoríficos que normatizam o preço da comercialização. Todos são elementos cruciais que refletem de alguma forma no resultado final da renda obtida pelo trabalho na pesca.

A quantidade de embarcações no Baixo Solimões e de pescadores das comunidades que trabalham de forma autônoma (no sentido de não manter algum vínculo empregatício profissional com os grandes frigoríficos, diferente do tipo de pesca embarcada financiada por estes) demonstra uma importância quanto à função social da renda obtida através da pesca, pois significa a manutenção do modo de vida da economia familiar local e da economia do município de Manacapuru.

[...] antigamente nós pescava só numa época agora a gente pesca todo tempo, nós fazemo isso porque agora tem comprador direto de todos os Estados,

vem tudo comprá fera aqui em Manacapuru. (A. P. M. 51 anos, pescador e morador de uma comunidade no Rio Solimões).

Contudo, a concorrência elevada entre os pescadores barateia a mão de obra pertencente à força de trabalho empregada nas atividades pesqueiras, já que a oferta de pescado tende a crescer quanto maior for a quantidade de pescadores envolvidos na captura e apropriação territorial dos rios e lagos.

Este elemento indica outro fator, a redução do preço do pescado em determinados períodos na captura, quando o período hidrológico do rio favorece maior alcance na captura do pescado, o que acaba induzindo ao monopólio dos frigoríficos mediados pelos flutuantes que compram o pescado nas comunidades por um preço abaixo do cobrado em outros períodos sazonais, reduzindo consequentemente a renda per capita do pescador em certos períodos que a atividade possibilitaria maiores ganhos.

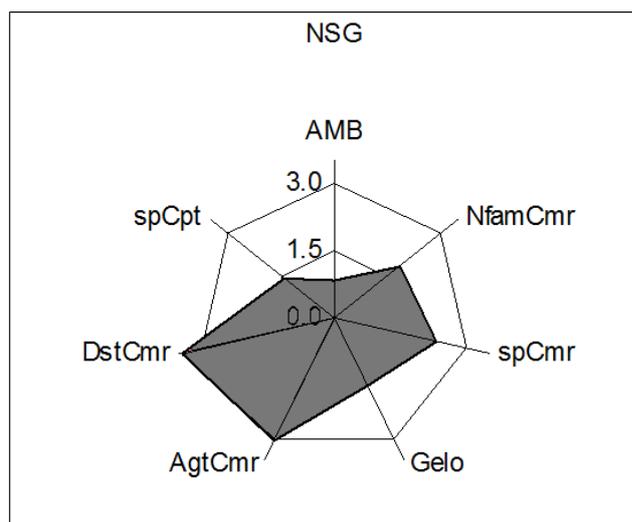
Independente dos ambientes onde a pesca é exercida, verificamos que a taxa de comercialização e preço do pescado atende ao período hidrológico dos rios, indiferente do fato de que o trabalho nas pescarias possa demandar maiores custos aos pescadores - deslocando-se para lugares mais distantes (sendo necessário combustível), com a depreciação de seus apetrechos de pesca e de sua embarcação, a comercialização mediada pelas redes de comércio dos agentes locais estipulará o preço, independente dos custos adicionais da pescaria, o que lança o pescador a correr riscos materiais, quando, por exemplo, não obtém sucesso na captura do pescado.

Pereira et al. (2007) demonstraram a partir de variáveis quantitativas uma caracterização dos elementos que fazem parte do processo desencadeado na comercialização do pescado em comunidades da região do Baixo Solimões.

Para a realização do quadro da atividade pesqueira, o autor adota as seguintes variáveis: número de ambiente disponível para a pesca nas proximidades da comunidade (AMB); número de famílias que comercializam o pescado (NfamCmr); número de espécies comercializadas (spCmr); número de famílias que utilizam gelo para conservação do peixe (gelo); número de famílias que mantêm relações de troca com agentes de comercialização do pescado (AgtCmr); número de famílias que destinam o peixe comercializado para várias localidades (DstCmr) e o número de espécies capturadas por comunidade (spCpt), seja para consumo próprio, seja para venda.

Os resultados demonstram o uso de apetrechos e a relação com os ambientes de pesca de uma maneira que os possibilita relacioná-los com a dimensão do modo de vida da comunidade aliado ao trabalho da pesca enquanto atividade profissional.

**Figura 09 - Índices relacionados às variáveis da pesca comercial intensiva em uma comunidade na região do Rio Solimões**



**Fonte:** PEREIRA et al. 2007.

O uso de gelo pelas unidades de produção pesqueira das comunidades, isto é, pelos grupos de pescadores, é algo recorrente na pesca, uma vez que os sujeitos locais, por não disporem de energia elétrica, precisam conservar o peixe em caixas de isopor até o término da pescaria ou até adquirir uma quantidade razoável de gelo para, posteriormente, vender todo o produto da pesca aos agentes compradores – atravessadores, regatões, feirantes, donos de frigoríficos, despachantes, patrões, marreteiros – que compõem a cadeia produtiva da pesca.

O resultado desta relação decorre, geralmente, de um processo de exploração e monopólio das relações de trabalho, pois o gelo nas comunidades rurais pode significar relações de poder e de domínio sob o outro, já que também se constitui como um dos elementos pertencentes aos custos efetuados na relação de obtenção da renda da água. Muitas vezes, o gelo é utilizado como forma de pagamento ou de empréstimo dos flutuantes locais para os pescadores, sendo descontado do resultado financeiro com a pesca.

**Figura 10 - Pontos de venda ou empréstimo do gelo na comunidade Nossa Senhora das Graças**



Fonte: Rapozo (2010).

Pereira et al. (2007) apontam, com relação a estas variáveis, que há forte tendência ao uso do gelo nas comunidades. Com relação à comercialização e aos agentes compradores do pescado (AgtCmr), verifica-se que as famílias vendem o seu pescado para nove diferentes agentes de comercialização – agentes situados e não situados nas comunidades.

A variável apresentada ainda trata do número de famílias e dos locais para onde é destinado o produto de suas pescarias (DstCmr). Sobre este aspecto observou-se que grande parte das famílias destinam o seu pescado para diversos lugares, distribuídos entre a sede do município de Manacapuru, para municípios próximos, para a capital Manaus, para outros Estados e outros países. As informações ainda evidenciam que uma mesma família possivelmente comercializa o seu pescado com mais de um comprador, destinando-o para locais distintos.

Por outro lado, é possível observar que a comercialização do pescado induz à especulação e acúmulo do produto que, quando congelado durante meses, passar a valer um preço mais alto que o pago na aquisição, gerando, desta forma, um lucro (no sentido da mais-valia marxiana) para os flutuantes e frigoríficos que comercializam o peixe em nível regional e nacional como resultado do capital investido na compra do pescado resultado do trabalho socialmente necessário para a obtenção da manutenção da vida dos pescadores/moradores das

comunidades locais, que se aventuram neste tipo de atividade no sentido de obter uma renda financeira advinda deste tipo de trabalho.

### **Considerações finais**

Os eventos sociohistóricos associados demarcam o surgimento e transformações dos setores pesqueiros, assim como a dinâmica sociocultural das sociedades rurais amazônicas quanto a questão de apropriação dos recursos. As transições econômicas e a maior inserção do modo de produção capitalista na região reconfiguram as dimensões relacionais do trabalho no mundo rural, intensificam os padrões de uso dos recursos e, conseqüentemente, tornaram iminentes e consolidados as disputas territoriais e os conflitos na pesca e em demais atividades extrativistas, sendo exemplos claros daquilo que se concretizava enquanto resultado da crença no projeto de modernidade da sociedade brasileira, resultando muito mais em face do desenvolvimentismo tardio e periférico de economia capitalista dependente, na medida em que internalizava os aspectos econômicos em detrimento dos elementos socioambientais que se discutem somente hoje.

A renda da água pode ser pensada como o resultado da principal atividade de trabalho para grande parte das famílias rurais que desenvolvem a atividade da pesca onde, praticamente, inexistem a comercialização de demais recursos naturais disponíveis, já que a agricultura, a criação de pequenos animais e a caça representam valor de uso relacionados a subsistência do modo de vida local.

Desta forma, a pesca passa a ser praticada como atividade comercial, criando uma dependência maior enquanto, geralmente, única fonte de renda da unidade familiar, na qual resulta do resultado final do esforço de trabalho, subtraindo-se os ganhos financeiros (mais-valia) dos agentes de comercialização e dos recursos empregados na pescaria.

É claro que, no outro lado da questão, a renda da água produz mais-valia ao outro que não é o pescador autônomo morador da comunidade: os donos dos flutuantes e frigoríficos em Manacapuru, que se apropriam do pescado da forma mais barata e com os menores custos possíveis, especulando através do congelamento do pescado, “segurando” o produto para sua revenda nos períodos de escassez, logo, sendo beneficiados pelo melhor preço e comercialização no processo de demanda e oferta.

Estes agravantes refletem não só o modelo de incentivo ao monodesenvolvimento da atividade pesqueira na região, pois os frigoríficos estimulam indiretamente os pescadores a largar outras atividades pertencentes ao seu mundo rural, como a agricultura. Para Cardoso et al (2004), esta inflexibilidade de mão de obra é comum no setor pesqueiro, devendo ser estudada a priori para permitir a melhor alocação deste, de modo que viabilize a melhora da economicidade do setor.

Isto significa dizer que, apesar do trabalho da pesca regulado ou não enquanto atividade exercida de forma autônoma ou profissional (no sentido do contrato de trabalho para empresas e barcos de pesca), pelos moradores rurais revela que a relação entre os custos, o mercado do pescado, a demanda e a oferta do produto nem sempre interagem em benefício do sujeito que pesca, já que trazer o produto para a venda contratual ou não para os flutuantes e frigoríficos que mantêm uma relação direta, não significa um retorno financeiramente considerável daquilo que fora gasto, permitindo, em muitas das vezes, a reprodução do sustento familiar em detrimento de uma atividade que viabilize em curto prazo uma renda proveniente da pesca.

A pesca se torna importante atividade local na obtenção de renda no processo de aquisição de bens de consumo não produzidos no mundo rural. Esta relevância expressa aquilo que evidentemente se traduz como um trabalho, onde os recursos naturais são tidos como mercadoria e denotam, enquanto mercadoria, a sujeição às condições de comercialização e de preço estipuladas pelo mercado regional do pescado.

Outro fator em destaque, reflexo das contradições do mercado de exploração dos recursos pesqueiros dá-se pelos conflitos socioambientais e pela disputa e demarcação das áreas definidas e apropriadas por determinados grupos de pescadores com interesse comercial. Ao longo das últimas décadas estes eventos tornaram-se expressivos, explicitando cada vez mais mecanismos sociais de regulação e controle dos recursos pesqueiros com um interesse voltado à uma racionalidade quanto à sua utilização e conservação, denotando não só a condição em manter a pesca como atividade de renda local, mas também a garantia e o comprometimento de perpetuação das atividades de trabalho através das pescarias.

A gestão dos recursos pesqueiros nos rios, assim como ocorre nos lagos, também deve ser considerada como outro fator de destaque no fenômeno evidenciado, na medida em que compreendem fatores de suma importância à reprodução do modo de vida local das comunidades pesqueiras em áreas de várzea e na conservação dos ambientes e recursos utilizados nestes locais. Pouco ou recentemente se incluem como discussões pertinentes os

debates na esfera pública quanto à políticas de melhoria da condição de trabalho dos pescadores, na medida em que a comercialização do pescado avança para setores de e mercados cada vez mais competitivos.

Logo, o trabalho na pesca requer uma interpretação complexa dos fatores que o constituem enquanto atividade de subsistência – e que historicamente estão associados à reprodução social do modo de vida dos grupos sociais rurais habitantes das várzeas na Amazônia brasileira – e como atividade comercial que surge enquanto fenômeno decorrente dos processos socioeconômicos engendrados pelo padrão de desenvolvimento econômico pretendido pelos modelos estatais adotados.

***THE INCOME FROM WATER: FISHERY WORKERS AND NETWORK MARKETING IN BRAZILIAN AMAZON***

**ABSTRACT:** *This article is the result of a study on the livelihood of fishery workers, seeks to understand the relationship between networks of marketing fishing in the Brazilian Amazon and the working conditions and income from this activity as a major livelihood of rural communities located in the region of the Solimões river in Amazonas State, Brazil. The changes occurring in development models adopted for the Amazon in the second half of the twentieth century led to the diversification of social production relations and productive forces of the capitalist mode of production in the Brazilian Amazon, especially regarding the use of natural resources. One of these manifestations can be considered from the organization of work of fisheries, as this came to be practiced as a commercial activity, creating a greater dependency as the main source of income of families located in rural communities.*

**KEYWORDS:** *Fishermen. Amazon. Rural communities. Work. Income.*

**REFERÊNCIAS**

BATISTA, V. S. et. al. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, M. L. (Coord.). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. Manaus: IBAMA/PróVárzea, 2004.

CARDOSO, R. S.; BATISTA, V. S.; FARIA JÚNIOR, C. H.; MARTINS, W. R. Aspectos econômicos e operacionais das viagens da frota pesqueira de Manaus, Amazônia Central. **Acta Amazonica**, Manaus, n.34, v.2, p.301-307, 2004.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

FALABELLA, P. G. R. **A pesca no Amazonas: problemas e soluções**. 2. ed. Manaus: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

FRAXE, T. J. P. **Homens anfíbios**: etnografia de um campesinato das águas. São Paulo: Annablume, 2000.

LENZ, M. H. **A categoria econômica renda da terra**. Porto Alegre: FEE, 1981.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

PARENTE, V. M. **A economia da pesca em Manaus**: organização da produção e da comercialização. 1996. 178f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

PEREIRA, H. S. et. al. A diversidade da pesca nas comunidades da área focal do projeto PIATAM. In: FRAXE, T. J. P. (Org.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

PETREIRE JR, M. **A pesca comercial no rio Solimões-Amazonas e seus afluentes**: análise dos informes do pescado desembarcado no mercado municipal de Manaus (1976-1978). Manaus: Ciência e cultura, 1985.

RAPOZO, P. H. C. **Territórios sociais da pesca no Rio Solimões** : usos e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso. 2010. 272f. Dissertação (Mestre em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

RICARDO, D. **On the principles of political economy and taxation**: the works and correspondence of David Ricardo. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. v.1

RUFFINO, M. L. **Gestão dos recursos pesqueiros na Amazônia**. Manaus: IBAMA, 2005.

VERÍSSIMO, J. **A pesca na Amazônia**. Rio de Janeiro: Livrara Alves, 1985.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril, 1983.

SZMRECSÁNYI, T. (Org). **Malthus**. São Paulo: Ática, 1982.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.